

PARA ALÉM DA NORMA: AS DIFICULDADES DE ACESSIBILIDADE NA JORNADA DE UMA ALUNA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPEL

REJANE GRACIELA SOUSA DE MENDONÇA¹;
ANTÔNIO CARLOS MARTINS DA CRUZ²:

¹Universidade Federal de Pelotas – Graciameric17.ri@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – antonio.cruz@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A universidade, como principal espaço de formação e geração de conhecimento, tem a responsabilidade de ser um lugar de equidade, diversidade e transformação social. No entanto, essa promessa idealizada frequentemente entra em conflito com a realidade de um ambiente que, em determinados momentos, marginaliza de forma sutil aqueles que não se encaixam no padrão. É nesse contexto que a acessibilidade se revela não apenas um mero adicional, mas o alicerce essencial para assegurar o direito universal à educação.

Sassaki (2006) destaca que o conceito de acessibilidade vai além da simples remoção de barreiras físicas, englobando também as dimensões comunicacional, metodológica e, principalmente, atitudinal. O autor enfatiza que a maior dificuldade para a inclusão não está na condição da pessoa, mas nas limitações de um sistema que não foi ajustado para atender à diversidade humana.

Apoiado nessa perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Brasil, 2015) e outras leis brasileiras destacam que a falta de acessibilidade é uma forma de discriminação, enfatizando a obrigação das instituições de assegurar condições de igualdade para todos.

Essa perspectiva é fortalecida pela literatura acadêmica. Por exemplo, Mantoan (2003) e Glatt (2007) criticam a abordagem segregacionista, que coloca alunos com deficiência em salas especiais, e defendem a educação inclusiva. Segundo esses autores, a inclusão é um processo constante de adaptação da instituição para atender às demandas de todos os alunos, sem exceção. Assim, a universidade deve ser um espaço de acolhimento, em que as diferenças são apreciadas e não consideradas um obstáculo a ser superado.

É com esse enfoque que esta proposta, proveniente de um relato de experiência tem como objetivo investigar a trajetória de uma aluna do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Sua experiência pessoal não é apenas uma história, mas um espelho das diferenças entre a política de inclusão muitas vezes restrita a diretrizes e normas, mas também a realidade cotidiana da instituição.

Além disso, pretende-se examinar os obstáculos à acessibilidade no ambiente acadêmico, usando a experiência dessa estudante como uma lente para identificar e debater as barreiras que ainda existem e que restringem sua participação integral na vida universitária. Ao analisar essa vivência, este estudo contribui para o debate sobre a necessidade de aprofundar as políticas de inclusão no ensino superior e de superar a visão assistencialista, para construir um ambiente verdadeiramente acessível e equitativo para todos.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Minha jornada no curso de Relações Internacionais da UFPel foi marcada por desafios significativos, mas também por vitórias que destacaram a importância da perseverança e da colaboração. A jornada começou na fase de admissão, evidenciando a deficiência institucional em assegurar acessibilidade e a relevância do protagonismo na luta por direitos.

Apesar de ter sido aprovada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2014 e 2016, a falta de acessibilidade nos processos de chamada resultou na perda das vagas. Essa necessidade de depender de terceiros para acompanhar o processo me colocou em uma posição de vulnerabilidade, uma questão que autores como Sasaki (2006) apontam como obstáculos à autonomia de pessoas com deficiência.

A situação só começou a melhorar após eu ter buscado a Defensoria Pública em Pelotas. A universidade foi contatada e, após a atuação da Defensoria, a UFPel reconheceu o erro e assegurou minha matrícula no segundo semestre de 2016. Este primeiro passo já sinalizava os desafios que eu precisaria enfrentar no contexto acadêmico, evidenciando que, apesar das políticas de inclusão, a efetividade da acessibilidade frequentemente depende da ação individual em reivindicar seus direitos. Esse é um tema explorado em estudos sobre a resiliência de estudantes com deficiência no ensino superior.

Uma vez matriculada, os desafios persistiram. Desconhecendo as ferramentas de acessibilidade oferecidas pela instituição, enfrentei dificuldades logísticas e financeiras para me deslocar e participar das atividades. A ausência de suporte adequado no primeiro semestre impactou meu rendimento e levou à necessidade de cursar novamente algumas disciplinas.

Para gerenciar a situação, foi preciso investir na aquisição de tecnologia assistiva, como um smartphone e um computador com funcionalidades particulares. Esses instrumentos, essenciais para minha autonomia nos estudos, exemplificam a Tecnologia Assistiva (TA), definida por Bersch (2009) em sua tese como um conjunto de recursos que favorecem a independência e a qualidade de vida.

O apoio humano, que a princípio era oferecido por tutores, revelou-se inconsistente e, em alguns casos, insuficiente, o que me levou a optar pela autogestão. Essa experiência fortaleceu a percepção de que as plataformas digitais e os recursos acadêmicos ainda não estão completamente ao alcance de todos.

Contudo, apesar dos obstáculos institucionais, encontrei uma rede de apoio fundamental na comunidade acadêmica. Meus colegas de curso tornaram-se um suporte, auxiliando na locomoção e na busca por materiais educativos. As interações com o corpo docente também se destacaram, com os educadores demonstrando flexibilidade e empatia.

Lembro com gratidão de um docente que, em uma aula sobre um filme, sentou-se ao meu lado para explicar a obra em sua totalidade e garantir que eu a compreendesse. Esses momentos, assim como a disponibilidade de outros professores para conversar fora da sala de aula, mostraram que o apoio humano informal pode superar as limitações do sistema. Ferreira (2007) destaca esse ponto, enfatizando a importância da empatia e do diálogo para a efetivação da inclusão. O auxílio de funcionários públicos da universidade também foi essencial, especialmente para o deslocamento entre diferentes locais.

Logo, minha vivência acadêmica na UFPel evidencia a intrincada intersecção entre os obstáculos institucionais e a demanda por resiliência individual e apoio coletivo. Ela mostra que, apesar das políticas de inclusão, a real acessibilidade no ensino superior ainda depende, em grande parte, do engajamento humano e da

iniciativa dos estudantes em reivindicar seus direitos, conforme garantido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória aqui descrita vai além da experiência individual, refletindo um desafio social e institucional de proporções muito maiores. Ela nos obriga a encarar a diferença entre a promessa de uma educação superior inclusiva e a realidade enfrentada por aqueles que lutam todos os dias para garantir seus direitos.

A trajetória de uma aluna em busca de sua independência evidencia claramente que a acessibilidade não é um privilégio oferecido, mas um direito que demanda vigilância, resiliência e ação contínua. A superação de obstáculos institucionais e a conquista de um espaço em um ambiente frequentemente hostil não foram apenas vitórias pessoais; foram ações políticas que evidenciaram as deficiências de um sistema que, apesar das leis, ainda não está totalmente preparado para a diversidade humana.

A história contada aqui nos leva a refletir profundamente sobre o que realmente significa inclusão. Ela aponta que as leis e as políticas de acessibilidade são apenas a base; para alcançar a verdadeira equidade, é necessária ação humana, empatia e colaboração. A solidariedade dos colegas, a sensibilidade dos docentes e a proatividade dos servidores públicos evidenciaram que, apesar das falhas sistêmicas, a comunidade acadêmica é capaz de se transformar em uma rede de suporte.

No entanto, essa experiência demonstra que a inclusão vai além de rampas e materiais adaptados; trata-se de uma cultura de acolhimento que valoriza a individualidade de cada pessoa. Assim, o desafio consiste em transformar essa empatia em uma norma institucional, convertendo o suporte informal em uma prática oficial, e a batalha individual em um compromisso coletivo.

Em resumo, essa experiência nos transmite uma mensagem motivadora. O futuro do ensino superior depende da criação de ambientes que assegurem a autonomia e o envolvimento de cada aluno desde o começo, em vez de conquistá-los com muito esforço.

Que este depoimento funcione como um apelo urgente para que as universidades e a sociedade em geral entendam que a verdadeira inclusão é um processo constante de adaptação, diálogo e transformação de comportamento. A trajetória de um aluno que batalhou por seu espaço serve como um lembrete contundente de que a educação só será universal quando for genuinamente acessível a todos, em todas as suas dimensões, e não apenas para um grupo seleto.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **Design de um serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas**. 2009. Tese (Doutorado em Design) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19. ago. 2025.

FERREIRA, Maria de Fátima. O Professor e a Inclusão. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GLATT, Rosana. A escola e a diversidade: reflexões sobre a inclusão escolar. In: BAPTISTA, Claudio Roberto. **Inclusão e escolarização: das possibilidades aos desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

RUTTER, Michael. Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, [s. l.], v. 57, n. 3, p. 316-331, 1987.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.